

CAO-JÚRI

Edição n. 01/2020

CUIABÁ, 06 de março de 2020.

SUMÁRIO

NÚCLEO DE DEFESA DA VIDA E O ATENDIMENTO A VÍTIMAS E FAMILIARES.....	4
ARTIGOS.....	5
Confissão Qualificada no Homicídio.....	5
Lei 13694/2019: Execução Imediata da Condenação pelo Júri e Marco Quantitativo Inconstitucional.....	5
Vítima Indefesa: Ataque Imprevisível ou Imprevisto.....	5
O uso da farda ou uniforme pelo policial réu no plenário do júri e pelos policiais que assistem ao júri.....	5
O Tribunal do Júri e o Juiz de Garantias.....	5
Menção aos antecedentes do acusado no plenário do júri não provoca nulidade.....	5
JULGAMENTOS MÊS DE MARÇO – CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE.....	5
Cuiabá: Confira a pauta de julgamentos pelo Tribunal do Júri no mês de março.....	5
Tribunal do Júri de Várzea Grande realiza 15 sessões de julgamento em março.....	6
NOTÍCIAS MPMT.....	6
Tangará da Serra/MT: Júri condena homem a 21 anos de reclusão por feminicídio.....	6
Rede de proteção à mulher em Barra do Garças completa 6 anos.....	7
“Mercenários” condenados enfrentam novo julgamento popular em março.....	7
CNMP e outros MPs.....	8
Caso Bernardo: pai vira réu por homicídio triplamente qualificado e ocultação de cadáver.....	8
PGR encaminha sugestões ao CNJ para implementação do juiz de garantias, dentre elas a não adoção do instituto a casos do Tribunal do Júri.....	8
Charqueadas: Conselho de Sentença do julgamento de três réus do caso Ronei Jr. é dissolvido e júri será remarcado.....	8
MPRJ pede que acusados de matar Marielle sejam levados a júri popular.....	9
CNMP: Em três meses, Frida é usado em mais de 18 mil atendimentos a vítimas de violência doméstica.....	9
MPF obtém condenação de criminosos que dispararam contra a PRF.....	10
MPRS: Homem que matou ex-companheira e ex-sogra no Humaitá é condenado a mais de 44 anos de prisão.....	10
MPPR: Julgamentos no Tribunal do Júri são tema de entrevista em programa de rádio.....	10
MPRS: Primeiro júri por videoconferência do Estado condena réus envolvidos em tiroteio em São Borja.....	11
Caso Kiss: MP encaminha requerimento ao STJ para suspensão dos desaforamentos de três réus.....	11
CNJ, TRIBUNAIS e outros.....	12
Primeiro Júri em Libras do Brasil.....	12



BOLETIM INFORMATIVO

Versão plausível é suficiente para sentença de júri ser irrecorrível, diz TJPE.....	13
TJSP: Tribunal mantém júri que condenou réu por crime de feminicídio contra sobrinha.....	13
Tribunal do Júri: 434 processos pautados em Manaus.....	13
Malformação que inviabiliza vida do bebê justifica aval para aborto, decide juiz.....	13
TJMS: Jurados devem pernoitar em hotel em júri envolvendo facções criminosas.....	14
Estagiários inscritos na OAB podem efetuar sustentação oral em sessão de júri.....	14
TJAM mantém prisão preventiva de 11 suspeitos de envolvimento em linchamento e esquartejamento..	15
TJMS: Júri condena réu em processo marcado por contratempos jurídicos.....	15
TJGO: Juiz recebe denúncia contra homem que agrediu mulher com golpes de capacete.....	15
TJSC: Pela primeira vez em 55 anos, comarca assiste a júri com advogada na defesa de réu.....	16
TJDFT: Júri popular condena a 26 anos de prisão acusado de matar por desavença.....	16
Programa Justiça Gaúcha Reprises: os júris de maior repercussão em 2019 e ações de combate à violência doméstica.....	16
TJSC: Tribunal do Júri condena mandante de ataques contra delegacias do norte da Ilha em 2017.....	17
TJGO: Juiz manda a júri popular acusado de tentativa de homicídio em briga de torcidas.....	17
TJMG: Justiça de Brumadinho recebe denúncia criminal contra 16 pessoas por 270 homicídios qualificados.....	17
Júri popular é realizado por videoconferência.....	18
Boas práticas: Cáceres realiza Tribunal do Júri com média de 11 meses de tramitação.....	18
CNJ: Toffoli entrega sugestões para aprimorar Tribunal do Júri.....	18
Delator que abalou as estruturas de facção gaúcha é assassinado com tiros na cabeça em Santa Catarina.....	19
Júri não pode ser anulado quando uma das teses é acolhida, diz TJSP.....	19
ESTATÍSTICAS.....	20
CNJ: Em 5 anos, 86 casos foram tipificados como feminicídio na Paraíba.....	20
Ministério da Justiça e Segurança Pública passa a divulgar dados oficiais de homicídios dos municípios brasileiros.....	20
Em 2019, TJMS registrou 96 denúncias de feminicídios.....	21
Fim de briga de facções ajuda na queda de 50% nos homicídios.....	21
Mesmo com queda recorde de mortes de mulheres, Brasil tem alta no número de feminicídios.....	21
30% dos crimes contra a vida prescrevem antes da punição.....	22
13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.....	22
STJ.....	24
STJ: Suspeito de tentar matar vereador no Piauí não obtém liberdade.....	24
STJ: Associação tem negado pedido de trancamento de inquérito que apura envolvimento de policiais em homicídio no Paraná.....	24
STJ confirma que a contagem do prazo recursal do MP inicia-se, somente, em 10 dias após a disponibilização dos autos.....	24
STJ: Sexta Turma mantém condenação de policial militar envolvido na morte da juíza Patrícia Acioli.....	25
STJ anula condenação de júri por ausência de publicação do edital de intimação.....	25



BOLETIM INFORMATIVO

STJ: Sexta Turma admite qualificadora de meio cruel em pronúncia por homicídio de trânsito com dolo eventual.....	26
STJ: 1599441/SP – Não ocorrência de nulidade por defeito na mídia.....	26
STJ: HC 527.671/PE – modificações dos testemunhos denotam temor e periculosidade do acusado, constituindo fundamentação idônea para prisão.....	27
STF.....	27
STF: 1ª Turma nega HC a mulher acusada de matar adolescente por vingança.....	27
STF: Redesignado julgamento do RE 1235340 que trata sobre o cumprimento imediato da pena no júri	27
STF: Maneira de dirigir do réu contribui para negativa de HC.....	28
STF: Definição da pena se submete a certa discricionariedade judicial e cabe às instâncias ordinárias, mais próximas dos fatos e das provas, fixá-la.....	28
DICAS DE LEITURA.....	29

NÚCLEO DE DEFESA DA VIDA E O ATENDIMENTO A VÍTIMAS E FAMILIARES

[Núcleo de Defesa da Vida humaniza atendimento a vítimas e familiares](#)

Um dos objetivos do Núcleo de Defesa da Vida, criado e regulamentado por meio dos Atos Administrativos nº [791/2019-PGJ](#) e [792/2019-PGJ](#), é estabelecer um olhar mais detido às vítimas e/ou seus familiares, garantindo-lhes o pleno exercício do direito à informação e orientação, viabilizando uma melhor apuração das consequências do delito e dos parâmetros se aferir o valor mínimo para reparação dos danos materiais e imateriais causados pelos crimes dolosos contra a vida e conexos.

O Núcleo oferece um atendimento humanizado a familiares e vítimas no curso da Ação Penal ou no oferecimento da denúncia pelo Ministério Público. Elas são atendidas por uma equipe multidisciplinar e passam a acompanhar todos os trâmites do processo. Quando necessário todo este atendimento é feito na casa da pessoa e também são feitos encaminhamentos para serviços especializados.

Confira a matéria:





MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional
do Júri

BOLETIM INFORMATIVO

caojuri@mpmt.mp.br

ARTIGOS

➤ [Confissão Qualificada no Homicídio](#)

Autor: César Danilo Ribeiro de Novais (Publicação no Portal CAO-Júri em 28/01/2020)

➤ [Lei 13694/2019: Execução Imediata da Condenação pelo Júri e Marco Quantitativo Inconstitucional](#)

Autor: César Danilo Ribeiro de Novais (Publicação no Portal CAO-Júri em 28/01/2020)

➤ [Vítima Indefesa: Ataque Imprevisível ou Imprevisto](#)

Autor: César Danilo Ribeiro de Novais (Publicação no Portal CAO-Júri em 06/02/2020)

➤ [O uso da farda ou uniforme pelo policial réu no plenário do júri e pelos policiais que assistem ao júri](#)

Autor: Rodrigo Foureaux (Publicação no Portal CAO-Júri em 17/02/2020)

➤ [O Tribunal do Júri e o Juiz de Garantias](#)

Autor: José Acácio Arruda (Publicação no Portal CAO-Júri em 05/03/2020)

➤ [Menção aos antecedentes do acusado no plenário do júri não provoca nulidade](#)

Autor: Rogério Sanches Cunha (Publicação no Portal CAO-Júri em 05/03/2020)

JULGAMENTOS MÊS DE MARÇO – CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE

➤ [Cuiabá: Confira a pauta de julgamentos pelo Tribunal do Júri no mês de março](#)

Publicação em 20/02/2020

O cronograma de julgamentos do Tribunal do Júri, em Cuiabá, continua no mês de março e casos importantes como os processos deflagrados pela Operação Mercenários figuram na pauta. Além dele, o crime bárbaro da garota Elisângela Rondon Pereira que foi estuprada e morta por meio de cortes nos pulsos. Acesse [AQUI](#) a pauta completa.



Notícias relacionadas:

[Cuiabá julga, em março, casos emblemáticos no Tribunal do Júri](#)

["Mercenários" condenados enfrentam novo julgamento popular em março](#)

➤ [Tribunal do Júri de Várzea Grande realiza 15 sessões de julgamento em março](#)

Publicação em 10/02/2020

Em março, o Tribunal Popular do Júri da Comarca de Várzea Grande realizará 15 sessões de julgamento, sob presidência do juiz Murilo Moura Mesquita, com sessões a partir do dia 2. Confira [AQUI](#) a pauta completa.

NOTÍCIAS MPMT

➤ [Tangará da Serra/MT: Júri condena homem a 21 anos de reclusão por feminicídio](#)

Publicação em 12/02/2020

Em sessão do Tribunal do Júri nesta terça-feira (11), na comarca de Tangará da Serra (a 239 km de Cuiabá), o Conselho de Sentença acolheu a tese do Ministério Público do Estado de Mato Grosso e condenou o réu Erivaldo Vital a 21 anos de reclusão pelo homicídio da companheira Solange de Almeida. Os jurados reconheceram a materialidade e autoria do crime, bem como as qualificadoras de motivo fútil, recurso que dificultou a defesa da vítima e feminicídio (crime contra a mulher por razões da condição de sexo feminino). O promotor de Justiça Rodrigo Ribeiro Domingues, da 1ª Promotoria de Justiça Criminal, atuou no júri que foi presidido pela magistrada Edna Ederli Coutinho. Conforme a sentença, foi estabelecido o regime fechado como inicial para cumprimento da pena. Além disso, ao réu foi negado o direito de recorrer em liberdade.



➤ [Rede de proteção à mulher em Barra do Garças completa 6 anos](#)

Publicação em 28/02/2020

Um dos principais resultados obtidos pelo projeto foi a redução dos casos de feminicídio. Este ano, as ações de prevenção e combate à violência contra a mulher terá como aliada uma pesquisa a ser realizada pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Confira a matéria no [IGTV!](#)

➤ [“Mercenários” condenados enfrentam novo julgamento popular em março](#)

Publicação em 02/03/2020

Três integrantes já condenados do grupo de extermínio denominado “Os Mercenários”, de Várzea Grande, voltam a ser submetidos a julgamento popular em março, na comarca de Cuiabá. São eles Claudiomar Garcia de Carvalho, José Francisco Carvalho Pereira e Helbert de França Silva. Outros cinco membros do grupo, sendo quatro deles réus presos, também serão julgados em sessões do Tribunal do Júri, no decorrer do mês (03, 10, 19 e 25).

No julgamento já realizado no dia 03 de março, os jurados acolheram a tese defendida pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso e condenaram o réu Marcos Augusto Ferreira Queiroz a 22 anos e seis meses de reclusão, no regime inicialmente fechado, por homicídio qualificado consumado em face da vítima Edcarlos de Oliveira Paiva. O crime ocorreu no dia 25 de abril de 2016, no município de Várzea Grande.

Notícia relacionada:

[Integrante de grupo de extermínio é condenado a 22 anos e meio de prisão](#)

(Publicação em 04/03/2020)



CNMP e outros MPs

➤ [Caso Bernardo: pai vira réu por homicídio triplamente qualificado e ocultação de cadáver](#)

Publicação em 14/01/2020

A denúncia do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) contra Paulo Roberto de Caldas Osório foi aceita pela Justiça. O réu é acusado de matar o filho Bernardo da Silva Marques Osório, de 1 ano e 10 meses, com uma alta dose de hipnótico em 29 de novembro de 2019. Ao constatar que a criança estava morta, ele deixou o corpo em um matagal às margens da BR 242, no povoado Campo de São João, zona rural do município de Palmeiras (BA).

➤ [PGR encaminha sugestões ao CNJ para implementação do juiz de garantias, dentre elas a não adoção do instituto a casos do Tribunal do Júri](#)

Publicação em 14/01/2020

O presidente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e procurador-geral da República, Augusto Aras, encaminhou, no dia 9 de janeiro, memorando ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com sugestões para a implementação do juiz de garantias no Sistema de Justiça brasileiro, como prevê a Lei Anticrime (13.964/2019). A partir de uma análise comparativa dos Códigos de Processo Penal (CPPs) de Brasil, Argentina e Chile, o Ministério Público Federal (MPF) destaca oito pontos que necessitam de regulamentação e eventuais regras de transição.

➤ [Charqueadas: Conselho de Sentença do julgamento de três réus do caso Ronei Jr. é dissolvido e júri será remarcado](#)

Publicação em 23/01/2020



O pedido de mais informações por um jurado sobre a causa da morte do adolescente Ronei Faleiro Jr., assassinado na saída de uma festa em Charqueadas no ano de 2015, levou à dissolução do Conselho de Sentença, no júri realizado no dia 22 de janeiro, pela magistrada que presidiu os trabalhos, Greice Moreira Pinz. O questionamento surgiu após o debate entre acusação e defesa, antes que os jurados se reunissem para a votação final.

O promotor de Justiça Marcio Abreu Ferreira da Cunha, titular da Comarca de Charqueadas, informou que o MP apresentará quesitos à perícia e aguarda a marcação de uma data para o novo julgamento, que ainda dependerá da entrega do laudo.

➤ [MPRJ pede que acusados de matar Marielle sejam levados a júri popular](#)

Publicação em 24/01/2020

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro requereu à Justiça que o sargento da reserva da Polícia Militar Ronnie Lessa e o ex-policial Élcio Queiróz, acusados pelo assassinato da vereadora Marielle Franco (Psol-RJ) e do motorista Anderson Gomes, sejam levados a júri popular.

➤ [CNMP: Em três meses, Frida é usado em mais de 18 mil atendimentos a vítimas de violência doméstica](#)

Publicação em 29/01/2020

Quando o telefone toca na Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, as atendentes têm à disposição uma ferramenta desenvolvida para evitar que a agressão denunciada volte a ocorrer e evolua até um feminicídio: o [Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida](#). Mais conhecido como Frida, o instrumento, criado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) em parceria com a União Europeia, por meio do projeto Diálogos Setoriais EU-Brasil, ajudou o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) a dar um encaminhamento adequado a mais de 18 mil casos de denúncias de violência doméstica entre julho e setembro de 2019.



➤ [MPF obtém condenação de criminosos que dispararam contra a PRF](#)

Publicação em 31/01/2020

Acolhendo o pedido do Ministério Público Federal (MPF), o Conselho de Sentença do Tribunal do Júri da 6ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro condenou Patrick de Souza Siqueira e Gabriel Junio da Silva Norberto pela prática de três tentativas de homicídio contra policiais rodoviários federais e pela posse de três pistolas de uso restrito das Forças Armadas.

➤ [MPRS: Homem que matou ex-companheira e ex-sogra no Humaitá é condenado a mais de 44 anos de prisão](#)

Publicação em 11/02/2020

O Conselho de Sentença do Tribunal do Júri de Porto Alegre condenou Evandrios Martins dos Santos a 44 anos e oito meses de prisão em regime fechado pelos feminicídios da ex-companheira, Mariane da Silva Isbarrola, 30 anos, e da ex-sogra, Terezinha de Fátima Pereira da Silva, 56 anos. Os jurados o condenaram de acordo com a denúncia oferecida pelo MP. A acusação ficou a cargo do promotor de Justiça Eugênio Amorim. Evandrios dos Santos não recebeu o benefício de recorrer em liberdade. O júri, que iniciou por volta das 9h desta quinta-feira, 30, se estendeu até por volta das 21h30.

➤ [MPPR: Julgamentos no Tribunal do Júri são tema de entrevista em programa de rádio](#)

Publicação em 05/03/2020

O MP no Rádio traz nesta semana uma edição sobre os julgamentos realizados no Tribunal do Júri, um dos ritos judiciais mais conhecidos da população, mas que também gera dúvidas e alguns equívocos – especialmente por conta dos muitos filmes e livros sobre o tema, que via de regra enfocam o sistema norte-americano, bem diferente do brasileiro. O



entrevistado é o promotor de Justiça Ricardo Augusto Farias Monteiro, do Ministério Público do Paraná. [Clique aqui e acesse os programas.](#)

➤ [**MPRS: Primeiro júri por videoconferência do Estado condena réus envolvidos em tiroteio em São Borja**](#)

Publicação em 06/03/2020

Seis réus foram condenados por organização criminosa e tentativa de homicídio e outros dois réus por organização criminosa no primeiro júri por videoconferência realizado no Rio Grande do Sul. A sessão do Tribunal do Júri ocorreu em São Borja no dia 30 de janeiro deste ano. Dos oito réus, um havia sido transferido recentemente para o Presídio Federal de Mossoró, no Rio Grande do Norte. Para evitar a postergação do julgamento, o réu Marcos Martins Antunes, acompanhou, por vídeo, todos os três dias de plenário, incluindo seu interrogatório. A medida atendeu à Recomendação nº 55 do Conselho Nacional de Justiça.

➤ [**Caso Kiss: MP encaminha requerimento ao STJ para suspensão dos desaforamentos de três réus**](#)

Publicação em 06/03/2020

O Ministério Público encaminhou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), nesta segunda-feira, 02, requerimentos solicitando, liminarmente, efeito suspensivo às decisões da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça que concedeu desaforamento do júri aos réus Elissandro Spohr, Mauro Hoffmann e Marcelo de Jesus dos Santos. O MP pede ao ministro Rogério Schietti Cruz, relator do Caso Kiss no STJ, que determine que os três réus sejam julgados no próximo dia 16 de março em Santa Maria, junto à sessão do Tribunal do Júri já marcada para o julgamento do réu Luciano Bonilha Leão. Alternativamente, pede que seja suspenso o júri do dia 16, até que sejam apreciados pela Corte Superior os recursos especiais sobre o mesmo tema. O requerimento é assinado pelo procurador de Justiça



Cláudio Barros Silva, pelo coordenador da Procuradoria de Recursos, Luiz Fernando Calil de Freitas, e pelo promotor de Justiça Rodrigo Augusto de Azambuja Mattos.

Notícias relacionadas:

- [Negado pedido para suspender julgamento de um dos acusados da Boate Kiss](#)
- [Primeiro júri por tragédia na Boate Kiss é marcado para março](#)
- [Caso Kiss: MP recorre para que júri dos quatro réus ocorra conjuntamente em Santa Maria](#)
- [Caso Kiss: Negado pedido de suspensão contra decisão que determinou o desaforamento de réu](#)
- [Caso Kiss: concedido desaforamento para mais dois réus](#)
- [Caso Kiss: MP participa do sorteio de jurados para o júri em Santa Maria](#)
- [Caso Kiss: MP ingressa com recursos especiais contra novos desaforamentos e pede júri único em Santa Maria](#)

Acesse [AQUI](#) o caso completo (Linha do Tempo – Peças Processuais – Notícias)

CNJ, TRIBUNAIS e outros

➤ [Primeiro Júri em Libras do Brasil](#)

Publicação em 14/01/2020

O dia de 29 de agosto de 2017 foi uma data importante para a cidade de Itabuna/BA. Isso porque o município protagonizou um acontecimento inédito: o primeiro júri com tradução em Libras do Brasil. Com 15 horas de duração, o julgamento contou com a atuação de três intérpretes e foi acompanhado por 40 pessoas com deficiência auditiva.



➤ [Versão plausível é suficiente para sentença de júri ser irrecorrível, diz TJPE](#)

Publicação em 14/01/2020

Se júri optou por versão factível do caso, a sentença não pode ser anulada. Com este entendimento, a 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco não acolheu recurso do Ministério Público e manteve o veredicto em um caso de homicídio.

➤ [TJSP: Tribunal mantém júri que condenou réu por crime de feminicídio contra sobrinha](#)

Publicação em 15/01/2020

A 3ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve júri que condenou homem pela prática de feminicídio contra a sobrinha de 14 anos. Foram reconhecidas as qualificadoras de emprego de meio cruel, de forma a dificultar a defesa da vítima e por razões da condição de sexo feminino, no âmbito de violência doméstica e familiar, na presença de ascendente da vítima (avó da adolescente e mãe do condenado). A pena imposta foi de 40 anos de reclusão em regime inicial fechado.

➤ [Tribunal do Júri: 434 processos pautados em Manaus](#)

Publicação em 20/01/2020

As três Varas do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus pautaram, juntas, 434 sessões de julgamentos populares para o primeiro semestre de 2020. É uma das maiores pautas ordinárias de julgamento dos últimos anos, segundo os responsáveis pelas três unidades judiciárias do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM).

➤ [Malformação que inviabiliza vida do bebê justifica aval para aborto, decide juiz](#)

Publicação em 23/01/2020



A Vara do Júri da Comarca de Campinas autorizou uma mulher a interromper a gravidez. Em exame de ultrassonografia, foi identificada a Síndrome do Cordão Curto, anomalia que inviabiliza a vida do bebê após o nascimento e faz com que a gravidez seja de alto risco. Devido à urgência do caso, foi expedido alvará para realização do procedimento mediante intervenção médica. O magistrado ressaltou, ainda, que cabe ao Estado garantir que a mulher realize o procedimento de forma segura. “Decididamente, se a gestante tem o direito ao aborto não criminoso, ao Estado cabe garantir a ela condições ideais e seguras para a realização do ato e ao médico, bem como a todos os agentes do sistema de saúde, cabe realizar a interrupção da gestação, lícitamente, para que o direito da gestante seja plenamente garantido”, afirmou.

➤ [**TJMS: Jurados devem pernoitar em hotel em júri envolvendo facções criminosas**](#)

Publicação em 03/02/2020

No dia 12 de fevereiro, cinco acusados de integrarem facção criminosa serão julgados na 2ª Vara do Tribunal do Júri de Campo Grande por homicídio. Os réus teriam mantido a vítima em cárcere privado e decapitando-a. O corpo foi encontrado em uma estrada vicinal no município de Terenos.

Notícia relacionada:

[*Júri sobre jovem decapitado segue nesta quinta-feira com fase de debates*](#)

➤ [**Estagiários inscritos na OAB podem efetuar sustentação oral em sessão de júri**](#)

Publicação em 05/02/2020

Em consulta feita à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Conselho Federal emitiu parecer quanto à possibilidade de estagiários (as), regularmente inscritos na Ordem, atuarem como assistentes de advogado(a) em sessão de júri, inclusive com sustentação oral.

Em trecho do voto, seguido por unanimidade dos membros do órgão especial do Conselho



Pleno, o relator Maurício Geral Monteiro ressaltou que é possível deduzi-la da possibilidade de o estagiário(a) subscrever, em conjunto com advogado(a) ou defensor(a) público(a), os atos privativos da advocacia.

➤ [**TJAM mantém prisão preventiva de 11 suspeitos de envolvimento em linchamento e esquartejamento**](#)

Publicação em 05/02/2020

A juíza convocada para atuar como desembargadora, Onilza Abreu Gerth, indeferiu um pedido de liminar e negou habeas corpus impetrado pela Defensoria Pública do Estado, mantendo a prisão preventiva de 11 pessoas suspeitas de envolvimento no linchamento e esquartejamento de Ronald Gomes Borges. O linchamento e esquartejamento ocorreu no último, dia 17 de janeiro, em Fonte Boa (município distante 886 quilômetros de Manaus), após a vítima ter sido retirada à força das dependências de uma delegacia de polícia, onde se encontrava recolhida, suspeita de estuprar e matar uma criança.

➤ [**TJMS: Júri condena réu em processo marcado por contratempos jurídicos**](#)

Publicação em 11/02/2020

Foi julgado na quarta-feira (5), pela 2ª Vara do Tribunal do Júri de Campo Grande, o acusado pelo homicídio a marteladas na cabeça, socos e pontapés de um mecânico, por motivo fútil, meio cruel e recurso que dificultou a sua defesa, seguido de furto de alguns pertences da vítima ocorrido no dia 23 de novembro de 2018, na Capital, sendo que o corpo foi levado e jogado nas proximidades de uma estrada vicinal no município de Aquidauana.

➤ [**TJGO: Juiz recebe denúncia contra homem que agrediu mulher com golpes de capacete**](#)

Publicação em 11/02/2020



O juiz Jesseir Coelho de Alcântara, da 3ª Vara dos Crimes Dolosos Contra a Vida e Tribunal do Júri, recebeu denúncia contra Caio Cezar Alves de Aguiar que agrediu e tentou assassinar sua antiga companheira e roubou um aparelho telefônico de outra vítima presente no local do crime. A mulher foi agredida com vários golpes de capacete, com socos e chutes.

➤ [TJSC: Pela primeira vez em 55 anos, comarca assiste a júri com advogada na defesa de réu](#)

Publicação em 11/02/2020

A comarca de São João Batista, 55 anos após sua instalação, registrou neste mês a primeira sessão do Tribunal do Júri de sua história em que uma mulher atuou como advogada de defesa de um réu. Os trabalhos foram comandados pelo juiz Alexandre Murilo Schram.

➤ [TJDFT: Júri popular condena a 26 anos de prisão acusado de matar por desavença](#)

Publicação em 11/02/2020

O Tribunal do Júri de Ceilândia condenou, no dia 31/1, o réu Wendel de Oliveira a 26 anos e três meses de reclusão, em regime fechado, por ter matado, com disparos de arma de fogo, Wallas Eduardo da Silva Cardoso, e tentado matar outra vítima que conseguiu escapar. De acordo com os autos, no dia 19.05.2018, em via pública de Ceilândia, Wendel efetuou disparos de arma de fogo contra duas pessoas, causando lesões em uma das vítimas e a morte da outra.

➤ [Programa Justiça Gaúcha Reprises: os júris de maior repercussão em 2019 e ações de combate à violência doméstica](#)

Publicação em 14/02/2020

Clique [aqui](#) para assistir!



➤ [**TJSC: Tribunal do Júri condena mandante de ataques contra delegacias do norte da Ilha em 2017**](#)

Publicação em 14/02/2020

Na primeira sessão do Tribunal do Júri da comarca da Capital, o Conselho de Sentença decidiu nesta terça-feira (11/2) pela condenação de um faccionado por ataques a duas delegacias da Polícia Civil na região do norte da Ilha, em 2017. O homem apontado como mandante foi sentenciado a cinco anos e quatro meses de reclusão, em regime semiaberto, pelo crime de disparo de arma de fogo por duas vezes. Porque também responde por outros crimes, o réu continua encarcerado. Um outro homem que supostamente participou de um dos ataques foi absolvido. A sessão foi presidida pela juíza Paula Botke e Silva.

➤ [**TJGO: Juiz manda a júri popular acusado de tentativa de homicídio em briga de torcidas**](#)

Publicação em 14/02/2020

O juiz Jesseir Coelho de Alcântara, da 3ª Vara dos Crimes Dolosos contra a Vida e Tribunal do Júri da Comarca de Goiânia, pronunciou Gabriel Inácio Gonçalves Itacarambi pelo crime de tentativa de homicídio qualificado. Gabriel é acusado de atropelar, agredir e esfaquear a vítima Kayo Rodrigo dos Santos Soares, após uma partida entre Vila Nova Futebol Clube e Botafogo de Ribeirão Preto, ocorrida no dia 17 de setembro de 2019.

➤ [**TJMG: Justiça de Brumadinho recebe denúncia criminal contra 16 pessoas por 270 homicídios qualificados**](#)

Publicação em 17/02/2020

O juiz da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Brumadinho, Guilherme Pinho Ribeiro, recebeu denúncia criminal oferecida pelo Ministério Público de Minas Gerais, referente ao rompimento da Barragem 1 da Mina Córrego do Feijão,



pertencente à Mineradora Vale, em Brumadinho, em janeiro de 2019 (acesse a denúncia [AQUI](#)). Foram denunciadas 16 pessoas – entre elas o então diretor-presidente da Vale, diretores, gerentes, geólogos, engenheiros, consultores –, além da Vale S.A. e Tüv Süd Bureau de Projetos e Consultorias Ltda.

Notícia relacionada:

[MPMG e PCMG finalizam investigações sobre o rompimento da barragem em Brumadinho; 16 pessoas são denunciadas por homicídio qualificado e crimes ambientais](#)

➤ [Júri popular é realizado por videoconferência](#)

Publicação em 17/02/2020

Os Tribunais de Justiça do Acre, do Amapá e o Iapen – Instituto de Administração Penitenciária do Amapá colaboraram pela primeira vez com a realização de júri popular por videoconferência. O julgamento durou dois dias e o réu, acusado de homicídio duplamente qualificado, foi conduzido pela vara do Tribunal do Júri de Rio Branco/AC.

➤ [Boas práticas: Cáceres realiza Tribunal do Júri com média de 11 meses de tramitação](#)

Publicação em 19/02/2020

Celeridade na tramitação dos processos que tratam de crimes dolosos contra a vida tem sido uma das marcas da Primeira Vara Criminal de Cáceres, que passou a ter competência exclusiva para processar e julgar esses crimes, desde o recebimento da denúncia até o julgamento pelo Tribunal de Júri. Em 2019, Cáceres realizou 21 júris e a média de tramitação deles foi de 11 meses.

➤ [CNJ: Toffoli entrega sugestões para aprimorar Tribunal do Júri](#)

Publicação em 19/02/2020



O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Dias Toffoli, entregou nesta quarta-feira (19/2) ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, [sugestão de alteração legislativa](#) para agilizar e dar maior efetividade aos julgamentos de crimes dolosos contra a vida, de competência do Tribunal do Júri. A proposta foi produzida pelo grupo de trabalho instituído pelo CNJ no ano passado.

A proposta de mudança do Código de Processo Penal traz sugestões para reduzir o tempo médio de um processo que vai a júri popular, que hoje é de três anos e 10 meses. Pretende-se também aprimorar a tramitação das ações penais que vão a júri popular, a partir de dificuldades identificadas pelo grupo de trabalho no relatório [Diagnóstico das Ações Penais da Competência do Tribunal do Júri](#).

Notícia relacionada:

[Tribunal do Júri: CNJ apresenta ao Legislativo propostas para desburocratizar julgamentos](#)

➤ [Delator que abalou as estruturas de facção gaúcha é assassinado com tiros na cabeça em Santa Catarina](#)

Publicação em 26/02/2020

O autor da delação que abalou uma das maiores facções criminosas do Rio Grande do Sul foi executado a tiros na noite de domingo (23) em Santa Catarina. Douglas Gonçalves Romano dos Santos, 23 anos, foi morto a tiros em Balneário Camboriú, onde estaria residindo. Ele chegou a integrar programa de proteção a testemunhas, do qual se desligou em janeiro deste ano.

➤ [Júri não pode ser anulado quando uma das teses é acolhida, diz TJSP](#)

Publicação em 28/02/2020

Não é possível a anulação da decisão do Tribunal do Júri quando for acolhida uma das correntes de interpretação da prova apresentadas em plenário. Com base nesse



entendimento, a 15ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve o júri que condenou um homem a 20 anos e um 1 mês de prisão, em regime fechado, por asfixiar e esquartejar sua tia.

ESTATÍSTICAS

➤ [CNJ: Em 5 anos, 86 casos foram tipificados como feminicídio na Paraíba](#)

Publicação em 07/01/2020

Levantamento realizado pelo Tribunal de Justiça da Paraíba apontou que, no período de 2015 a 2019, 86 processos relativos a assassinatos de mulheres foram tipificados como feminicídio no Estado. Deste total, 39 casos foram a julgamento, resultando em 33 condenações, seis extinções e uma absolvição. Desde 2015, o feminicídio é qualificado como crime hediondo no Brasil, o que ocorreu após a alteração do artigo 121 do Código Penal pela Lei nº 13.104/2015. Configura-se como feminicídio o assassinato praticado contra mulheres em razão da condição de ser do sexo feminino.

➤ [Ministério da Justiça e Segurança Pública passa a divulgar dados oficiais de homicídios dos municípios brasileiros](#)

Publicação em 17/01/2020

Pela primeira vez, dados de homicídios dolosos de todos os 5.604 municípios brasileiros, incluindo as regiões administrativas do Distrito Federal estarão disponíveis para consulta de forma fácil e transparente em uma plataforma oficial. As informações têm como base os boletins de ocorrência e estão disponíveis para consulta no site do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) na plataforma [Sinesp](#) que conta, desde 2019, com dados nacionais.

Acesse:

[Painel com as Estatísticas por UF](#)



[Painel com as Estatísticas por Município](#)

[Dados Nacionais de Segurança Pública - UF](#)

[Dados Nacionais de Segurança Pública - Municípios](#)

➤ [**Em 2019, TJMS registrou 96 denúncias de feminicídios**](#)

Publicação em 21/01/2020

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, fez um levantamento da quantidade de denúncias recebidas pelo Poder Judiciário em 2019 e constatou um número alarmante: somente no ano passado foram 96 denúncias de feminicídio. Desse total, 69% foram tentativas.

➤ [**Fim de briga de facções ajuda na queda de 50% nos homicídios**](#)

Publicação em 27/01/2020

Apesar do medo e da sensação de insegurança vivenciada por grande parte da população, a violência caiu pela metade na Grande Cuiabá na última década, atingindo o menor patamar em 15 anos. O pesquisador Naldson Ramos, especialista em violência, afirma que a redução se deve também a outros fatores. Um deles é o predomínio do Comando Vermelho, que dizimou o Primeiro Comando da Capital (PCC) e passou a ser hegemônico na Grande Cuiabá, colocando fim a qualquer tipo de desavença entre facções. Entre os anos de 2010 e 2019, o número absoluto de homicídios na Grande Cuiabá caiu 53,8%.

➤ [**Mesmo com queda recorde de mortes de mulheres, Brasil tem alta no número de feminicídios**](#)

Publicação em 05/03/2020

O Brasil teve um aumento de 7,3% nos casos de feminicídio em 2019 em comparação com 2018, aponta levantamento feito pelo G1 com base nos dados oficiais dos 26 estados



e do Distrito Federal. São 1.314 mulheres mortas pelo fato de serem mulheres – uma a cada 7 horas, em média.

A alta acontece na contramão do número de assassinatos no Brasil em 2019, o menor da série histórica do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. [O país teve 19% menos mortes em 2019](#) que em 2018. Se forem consideradas apenas as mortes de mulheres, o que inclui também os casos que não são classificados como feminicídios, houve uma diminuição de 14% – menor, mas, ainda assim, um recorde.

É o segundo ano seguido em que o número de mulheres vítimas de homicídios cai, mas os registros de feminicídios crescem no país. [Em 2019, houve uma alta de 12% nos feminicídios](#) e uma queda de 6,7% nos homicídios dolosos de mulheres.

➤ [30% dos crimes contra a vida prescrevem antes da punição](#)

Publicação em 05/03/2020

O Estado de S.Paulo afirma que a morosidade no julgamento de crimes praticados intencionalmente contra a vida tem feito com que cerca de 30% das ações sob responsabilidade do Tribunal do Júri prescrevam, ou seja, percam a validade por causa da longa tramitação dos processos.

➤ [13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública](#)

Publicado em 06/03/2020

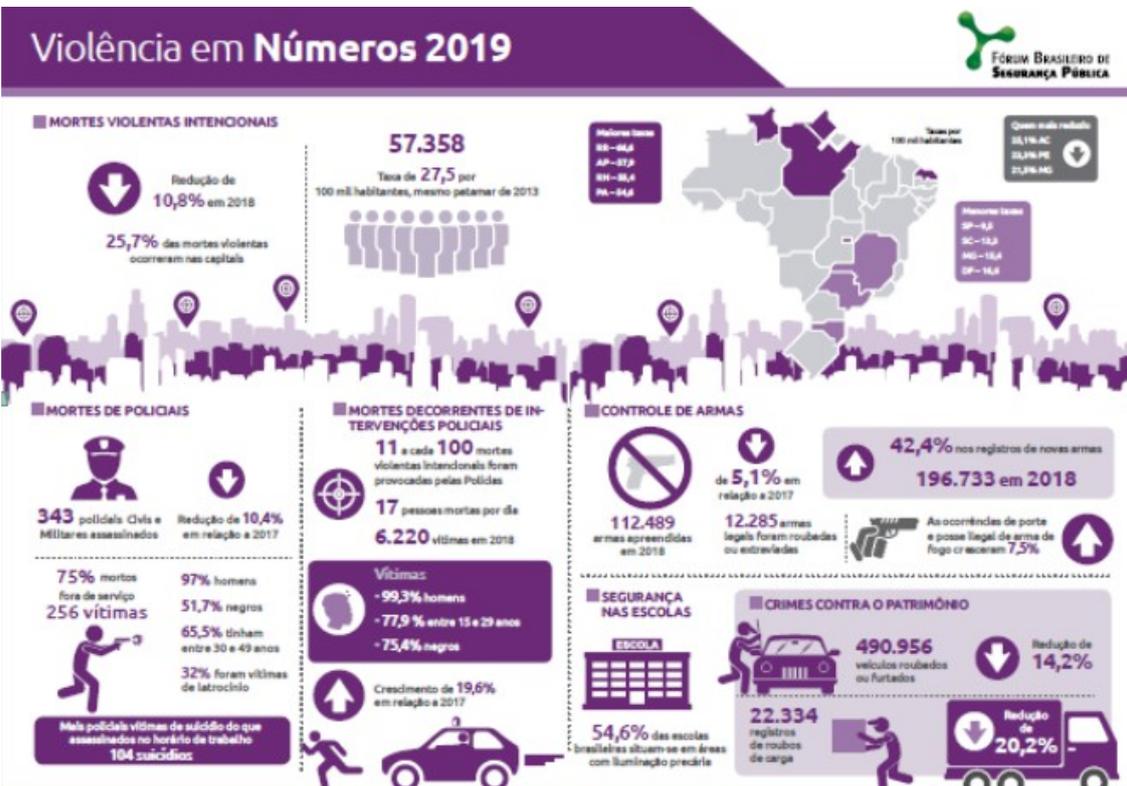
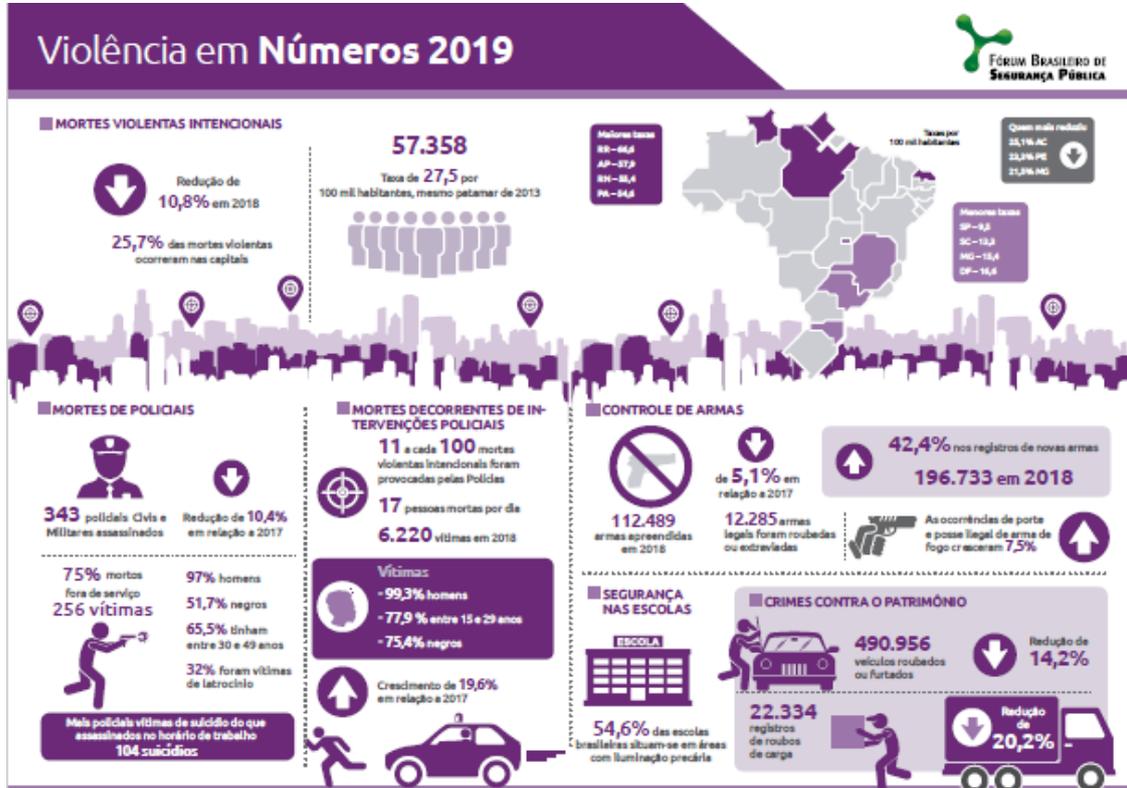
Concebido com o objetivo de suprir a falta de conhecimento consolidado, sistematizada e confiável no campo, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública compila e analisa dados de registros policiais sobre criminalidade, informações sobre o sistema prisional e gastos com segurança pública, entre outros recortes introduzidos a cada edição.

Acesse o documento [AQUI](#).



BOLETIM INFORMATIVO

Infográfico:



STJ

➤ [STJ: Suspeito de tentar matar vereador no Piauí não obtém liberdade](#)

Publicação em 10/01/2020

O presidente do STJ, ministro João Otávio de Noronha, negou o pedido de liberdade feito pela defesa de Aquiles Ladislau de Sousa, acusado de tentar matar o vereador de Alagoinha do Piauí (PI) Luís Alves Gonzaga, conhecido como Luisão.

➤ [STJ: Associação tem negado pedido de trancamento de inquérito que apura envolvimento de policiais em homicídio no Paraná](#)

Publicação em 03/02/2020

A Associação dos Oficiais Policiais e Bombeiros Militares do Paraná (Assofepar) teve negado pelo presidente do STJ, ministro João Otávio de Noronha, pedido liminar de trancamento de um inquérito policial que investiga a participação de dois policiais militares na morte de um homem em Paiçandu (PR). A Associação questiona o trâmite simultâneo do inquérito e de um procedimento investigatório aberto pela Polícia Militar do Paraná – argumento não aceito pelo ministro Noronha para a concessão de medida de urgência.

➤ [STJ confirma que a contagem do prazo recursal do MP inicia-se, somente, em 10 dias após a disponibilização dos autos](#)

Publicação em 14/02/2020

Em ação penal oriunda da comarca de Campo Grande/MS, o Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos interpôs Apelação Criminal contra a sentença proferida pelo Juiz de piso, que despronunciou os réus C. T. V., G. M. P. P. A, I. R. L., J. L. dos S., L. A. S. e L. A. de J. R. pela prática dos delitos de homicídio qualificado por motivo torpe e recurso que dificultou a defesa da vítima, sequestro e cárcere privado e integração dos agentes à organização criminoso.



Ao analisar os requisitos de admissibilidade, a 2ª Câmara Criminal do TJMS não conheceu do recurso ministerial, sob o fundamento de que o MPMS não teria respeitado o prazo legal de 5 dias. A Corte Estadual consignou que a contagem do referido lapso temporal se inicia com a entrega dos autos eletrônicos para consulta, e não com a juntada da ciência pelo *Parquet*.

Tal posicionamento fez com que a 12ª Procuradoria de Justiça, por meio da Procuradora de Justiça Lucienne Reis D'Avila, interpusse Recurso Especial. Após parecer favorável do MPF, o STJ, em decisão monocrática proferida pelo Ministro Joel Ilan Paciornik, deu provimento ao REsp 1.805.322/MS.

➤ [STJ: Sexta Turma mantém condenação de policial militar envolvido na morte da juíza Patrícia Acioli](#)

Publicação em 14/02/2020

A Sexta Turma do STJ manteve a condenação de Daniel Santos Benitez Lopez, policial militar envolvido na morte da juíza Patrícia Acioli, em agosto de 2011. Ela foi assassinada com 21 tiros em uma emboscada, diante de sua casa, em Niterói (RJ). Nos recursos, os militares pretendiam que o STJ anulasse o julgamento do tribunal do júri que os condenou pelo crime de homicídio qualificado por motivo torpe e pelo uso de emboscada.

➤ [STJ anula condenação de júri por ausência de publicação do edital de intimação](#)

Publicação em 17/02/2020

O ministro do STJ, Joel Ilan Paciornik, decidiu anular sentença proferida pelo júri no TJ/MG, que condenou um homem a mais de 23 anos de prisão. Segundo ministro, houve violação do art. 365 do CPP ao ser considerada apenas a intimação do edital para sessão de julgamento, não preenchendo o requisito de publicação da imprensa oficial.



➤ **STJ: Sexta Turma admite qualificadora de meio cruel em pronúncia por homicídio de trânsito com dolo eventual**

Publicação em 20/02/2020

A Sexta Turma do STJ deu provimento a recurso especial do Ministério Público do Paraná (MPPR) para reconhecer a compatibilidade entre o dolo eventual e a qualificadora de meio cruel apontada na sentença que mandou o réu a júri popular por homicídio cometido na direção de veículo. O MPPR recorreu de decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) que excluiu a qualificadora da sentença de pronúncia. De acordo com a acusação, o réu atropelou um idoso, que ficou preso ao carro e foi arrastado por mais de 500 metros. Leia a íntegra do [acórdão](#).

➤ **STJ: 1599441/SP – Não ocorrência de nulidade por defeito na mídia**

Publicação em 06/03/2020

Ementa: (...) 3. "A mera ausência da gravação de depoimento produzido em plenário, por defeito técnico na mídia respectiva, não rende ensejo à nulidade do Júri, se a fala da testemunha, registrada duas vezes, na primeira fase do procedimento, não expressou nada de novo, ratificando, perante os jurados, o que havia dito antes (ut, HC n. 393.891/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe 15/5/2018). 4. In casu, "a testemunha da acusação ouvida em plenário é a mãe da vítima, que já havia sido ouvida em sede judicial anteriormente (fl. 408), sendo que suas declarações em plenário foram reduzidas a termo, com a concordância da Defesa (fl. 755). (...) (AgRg no AgRg no AREsp 1599441/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 11/02/2020, DJe 17/02/2020).



➤ [STJ: HC 527.671/PE – modificações dos testemunhos denotam temor e periculosidade do acusado, constituindo fundamentação idônea para prisão](#)

Publicação em 06/03/2020

Ementa: (...) 1. A custódia cautelar do Paciente, decretada na decisão de pronúncia, encontra-se suficientemente fundamentada, nos termos do art. 413, § 3.º, c.c. o art. 312 do Código de Processo Penal, tendo em vista a necessidade de assegurar a realização do Tribunal do Júri, pois, "durante a instrução criminal, as testemunhas demonstraram manifesto temor em depor contra o acusado". A decisão destacou que uma das testemunhas negou que tivesse apontado o Acusado como autor do delito, bem como registrou que outra negou que tivesse prestado depoimento na fase extrajudicial, a despeito da existência de termo devidamente assinado por ela. (...) (HC 527.671/PE, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 18/02/2020, DJe 02/03/2020)

STF

➤ [STF: 1ª Turma nega HC a mulher acusada de matar adolescente por vingança](#)

Publicação em 06/02/2020

Em sessão realizada terça-feira (4), a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou incabível (não conheceu) o habeas corpus (HC 172932) impetrado pela defesa de S. N. B., que responde por homicídio triplamente qualificado. Para o relator, ministro Alexandre de Moraes, o crime é gravíssimo, e a prisão foi devidamente fundamentada.

➤ [STF: Redesignado julgamento do RE 1235340 que trata sobre o cumprimento imediato da pena no júri](#)

Publicação em 06/02/2020

O julgamento do [RE 1235340](#) que trata sobre o cumprimento imediato da pena oriunda de condenação pelo Tribunal do Júri foi redesignado para o dia 23 de abril de 2020.



Comentários CAO-CRIM MPSP sobre o assunto.

➤ **STF: Maneira de dirigir do réu contribui para negativa de HC**

Publicação em 12/02/2020

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou pedido de liberdade a ao condutor de um veículo envolvido em acidente de trânsito que matou três pessoas, entre elas uma gestante, e deixou outras duas seriamente feridas em 2016 no Recife (PE). A decisão foi tomada nos autos do Habeas Corpus (HC) 180112.

➤ **STF: Definição da pena se submete a certa discricionariedade judicial e cabe às instâncias ordinárias, mais próximas dos fatos e das provas, fixá-la**

Publicação em 05/03/2020

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou o Habeas Corpus (HC) 181750, impetrado em favor de Clodoaldo Pereira de Godoy, condenado a 21 anos de reclusão por homicídio duplamente qualificado contra um de seus irmãos na cidade de Leme (SP). O crime ocorreu em junho de 2008 e foi encomendado por Clodoaldo e por outro irmão da vítima.



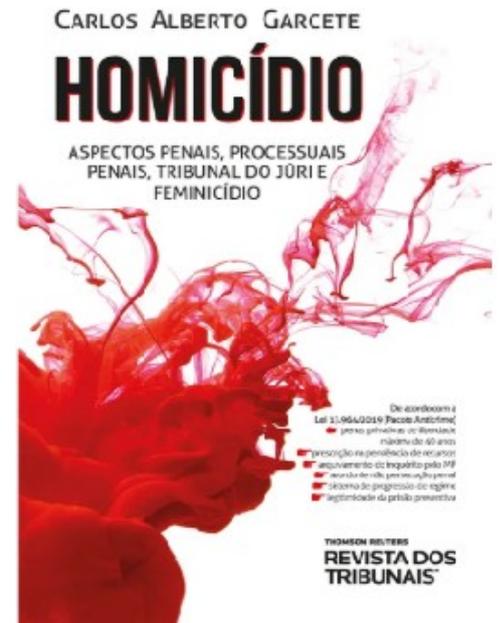
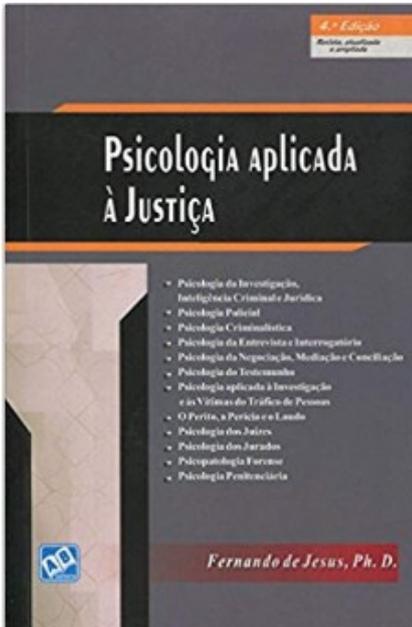
MPMT
Ministério Público
do Estado de Mato Grosso

Centro de Apoio Operacional
do Júri

BOLETIM INFORMATIVO

cao.juri@mpmt.mp.br

DICAS DE LEITURA



Boletim Informativo do Centro de Apoio Operacional do Júri

Equipe CAO-Júri:

Vinicius Gahyva Martins – Promotor de Justiça Coordenador
Patrícia Mello – Assistente Ministerial